

Economistas lançam manifesto pelo crescimento

Reunidos em Porto Seguro, durante o XVII Congresso Brasileiro, entidades de economistas lançaram manifesto em que cobram do Governo Federal a tomada de iniciativas que reconduzam o país a uma trajetória de crescimento, de acordo com as potencialidades da economia brasileira e em atendimento às necessidades do país. O texto faz uma detalhada análise de conjuntura e aponta que a visão de curto prazo permanece predominando nos rumos da política econômica.

Página 7

Campanha contra as tarifas de energia

A energia elétrica consumida pela população ficou ainda mais cara, depois da privatização. Uma campanha será lançada ainda neste ano.

Página 6

A importância da monografia

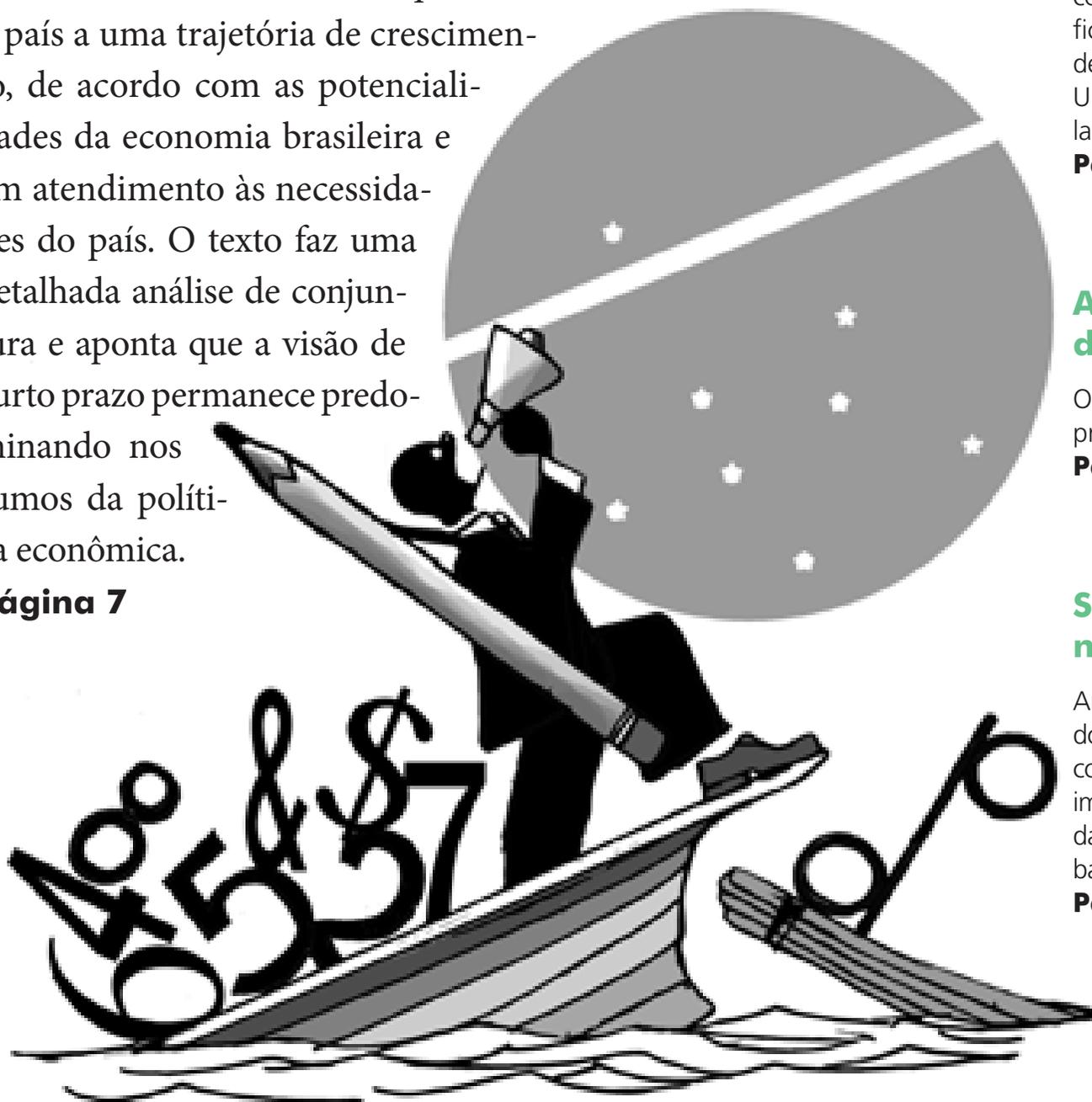
O ponto de vista de professores e estudantes.

Página 12

Saneamento não é prioridade

Análise dos orçamentos do estado e município comprova: apesar da importância para a saúde da população, saneamento básico não é priorizado.

Página 14



Economistas cobram do governo

■ O fim do predomínio da visão de curto prazo, que permanece dirigindo os rumos da política econômica brasileira, e a imediata adoção de medidas e iniciativas que garantam o crescimento e o desenvolvimento do país, são dois dos principais aspectos presentes no manifesto que entidades de economistas lançaram durante o último Congresso Brasileiro de Economistas, em setembro, na Bahia.

O documento base da Carta de Porto Seguro, aprovada ao final do XVII CBE, é um dos destaques desta edição do *JE*. Nele, os economistas cobram do governo a definição de uma estratégia de longo prazo que retire a economia brasileira da letargia das duas últimas décadas e meia, entendendo que esta é uma responsabilidade do Governo Federal.

Entre os países com maior potencial de crescimento econômico, na atualidade, é o Brasil que apresenta os resultados mais modestos, em termos de evolução do PIB, quando comparado às economias como as da Rússia, China e Índia. "O que o Brasil necessita é definição da estratégia de longo prazo, que o arranque da situação presente do lento crescimento", afirma o manifesto.

Nesta edição, também, o Fórum Popular do Orçamento lança olhares sobre o saneamento básico, tanto no município quanto no estado do Rio de Janeiro. E as conclusões apontam para uma realidade que só desfavorece a sociedade fluminense e carioca, em especial, as populações mais pobres, carente de serviços básicos de qualidade. O saneamento ainda não é prioridade e esta realidade transparece nos próprios orçamentos do município e do estado.

Tema abordado na edição passada, a monografia reaparece nas páginas deste *JE*, agora dos pontos de vista também dos estudantes, bem como da coordenação de um dos principais cursos de Economia do Rio de Janeiro. Afinal, por que ela é importante para a formação do economista?

São questões que esta edição se propõe a debater.

Uma boa leitura.

SUMÁRIO

3 **Conjuntura**
Rodrigo Mendes Gandra
Economia brasileira: vivemos um "círculo virtuoso"?

6 **Plebiscito teve 3,5 milhões de votos**



7

Manifesto à nação
Retomada imediata do crescimento acelerado como responsabilidade fundamental do governo brasileiro

12 **Formação em debate**
A Monografia é ou não fundamental?

14 **Fórum Popular de Orçamento**
Saneamento ainda não é prioridade

16 **Conselho lançará prêmio para economistas**
Edital convoca de eleições

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sergio Gomes • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cásio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique

Tibiricá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmann Young, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiricá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Economia brasileira

Vivemos um 'círculo virtuoso'?

Depois de anos de alta volatilidade da taxa de crescimento do PIB brasileiro, o otimismo parece bater à porta dos economistas, principalmente, daqueles ligados a órgãos governamentais.

■ Rodrigo Mendes Gandra*
Adriana Sokolik Garrido**

Segundo o Boletim de Conjuntura do IPEA, de junho de 2007, "a economia brasileira emite sinais de ter finalmente ingressado no chamado 'círculo virtuoso' de desempenho, em que a manutenção de um arcabouço consistente de política econômica por um período razoável de tempo passa a produzir efeitos positivos sobre as expectativas, que por sua vez retro alimentam o sistema sob a forma de decisões de produção e investimento, de modo a alavancar o crescimento e a continuidade das políticas em vigor. Esse movimento vem sendo potencializado por um ambiente externo bastante favorável, em que se destacam a perspectiva de continuidade do crescimento da economia mundial em ritmo forte (...)"

O Relatório de Inflação do Banco Central, também de junho último, "o PIB a preços de mercado, segundo dados dessazonalizados do IBGE, já sob a nova metodologia de Contas Nacionais, cresceu 0,8% no primeiro trimestre de 2007 frente ao quarto tri-

mestre de 2006 (...). Além disso, depois de oscilarem na primeira metade de 2006, as taxas de crescimento do PIB passaram a mostrar crescimento mais consistente nos últimos três trimestres, sinalizando assim a consolidação do ciclo de expansão".

Mas, apesar deste otimismo, será que a economia brasileira apresenta condições de expandir de forma sustentável (sob baixas oscilações) e sem inflação de preços adicional nos próximos anos? E será que há espaço para uma elevada expansão econômica, tal como ocorre com Índia e China?

A atividade econômica recente

Através do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (referência em 2000), do IBGE, é possível perceber que, apesar da trajetória de expansão (média de 0,96% ao trimestre) entre o 2º trimestre de 2001 e 1º trimestre de 2007, as variações na taxa de crescimento do PIB apresentaram-se abruptas, e de fato também apresentaram uma trajetória mais estável a



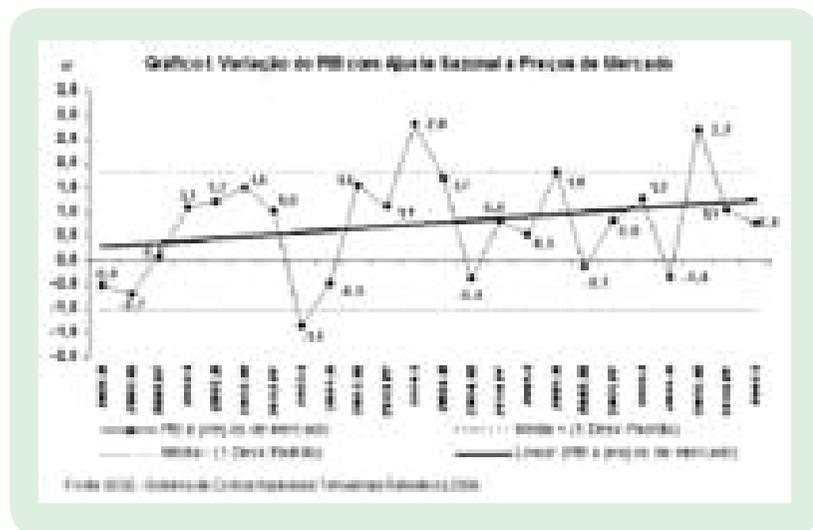
partir do 4º trimestre de 2004 (Gráfico I).

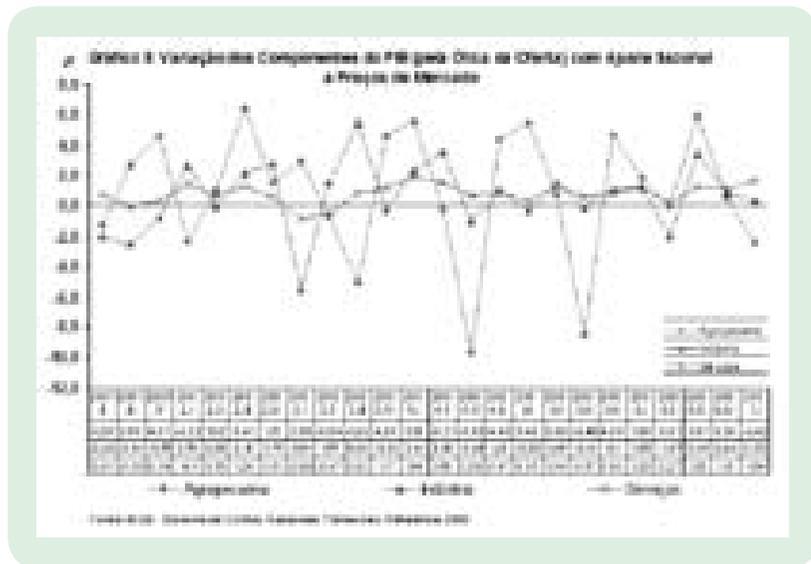
No 1º trimestre de 2007, o PIB teve uma expansão de 4,3% sobre o mesmo período de 2006 e de 0,8%, em termos dessazonalizados, contemplando três trimestres consecutivos de crescimento. Analisando o crescimento do PIB pelo lado da oferta (Gráfico II), é possível perceber que o setor de serviços vem crescendo de forma estável, a agricultura vem apresentando grandes oscilações e a indústria (entre o 2º trimestre de 2001 e o 1º de 2007), apesar das grandes variações, vem apresentando uma tendência de alta, com certa estabilidade a partir do 4º trimestre de 2004, sendo puxada principalmente pelo setor de bens de capital e construção civil.

Analisando o crescimento do PIB pelo lado da demanda (Gráfico III), no 4º trimestre houve crescimento do consumo privado de 0,9% (registrando quatro trimestres com crescimento consecutivo), e aumento de 3,5% no consumo do governo. A ele-

vação da massa salarial, como reflexo do aumento dos níveis de ocupação e dos rendimentos, e a continuidade de ampliação do crédito explicam o desempenho do consumo das famílias. Já a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) tem também mantido uma trajetória de crescimento satisfatória, nos últimos três trimestres, apresentando crescimento de 2,2% no 1º trimestre de 2007 e expansão de 7,2%, quando comparada com igual período do ano anterior.

Ainda com relação aos investimentos, os elementos importantes são: as perspectivas mais favoráveis de crescimento, afetando as intenções de ampliar a capacidade produtiva, e o menor custo dos bens de capital (devido à taxa de câmbio favorável aos importadores). O barateamento de máquinas e equipamentos também é oriundo do maior grau de competitividade a que a indústria de bens de capitais nacional está exposta. A importação de máquinas mais avançadas tecnologicamente, ao aumentar a





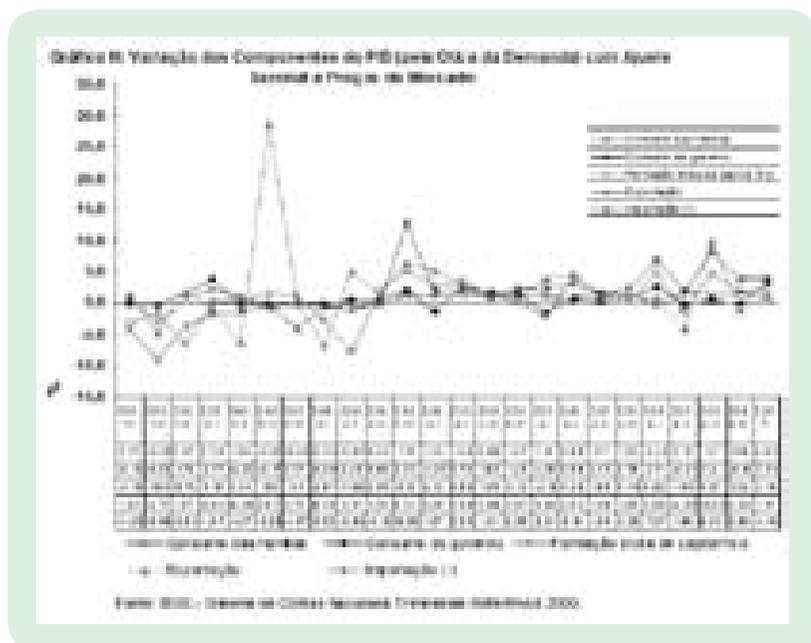
produtividade dos fatores de produção, faz subir o produto potencial.

Do lado da balança comercial, embora até o final de maio/2007 tenha acumulado um superávit de US\$ 16,8 bilhões, desde 2006 há uma tendência de inversão no fluxo de importação (devido à apreciação da taxa de câmbio R\$/US\$ que, na média do 1º trimestre de 2007, ficou em torno de R\$ 2,11) e de exportação (que embora tenha se mantido elevada pelo aumento dos preços das *commodities* e pela expansão da demanda externa, diga-se Índia e China, já começa a sofrer os efeitos desfavoráveis da taxa de câmbio, vide Gráfico IV).

Apesar da expectativa de expansão econômica brasileira, ela ainda não se equipara aos níveis globais, principalmente da China, Rússia e Índia. De acordo com o *World Economic Outlook* (WEO), do FMI, de

julho de 2007, projeta-se crescimento de 5,2% da economia global para os anos de 2007 e 2008 (Figura I), puxado pelo o crescimento acelerado da China, Índia e Rússia, nos primeiros meses. Para o Brasil, os números são os mesmos apresentados no Relatório de Abril de 2007: 4,4%, em 2007; e 4,2%, em 2008.

Em termos de inflação, o Brasil encontra-se em um nível muito próximo do verificado nos países desenvolvidos. Para 2007, a média mensal entre janeiro/07 e maio/07 foi de 0,3% (Gráfico V). A apreciação cambial exerceu papel importante em reduzir os preços dos bens (especialmente os comercializáveis), e apresenta-se como uma oportunidade para que o BC reduza a taxa de juros, sem comprometer as metas de inflação. Se bem que a queda na taxa de juros não influenciaria o crescimento do nível de



preços, uma vez que a inflação registrada não é de demanda. Ao contrário do que se diz, o maior receio do BC em baixar a taxa abruptamente reside no fato de que o rolamento da dívida pública brasileira e a entrada de capitais no balanço de pagamentos dependem do diferencial entre o nível da taxa de juros interna e externa.

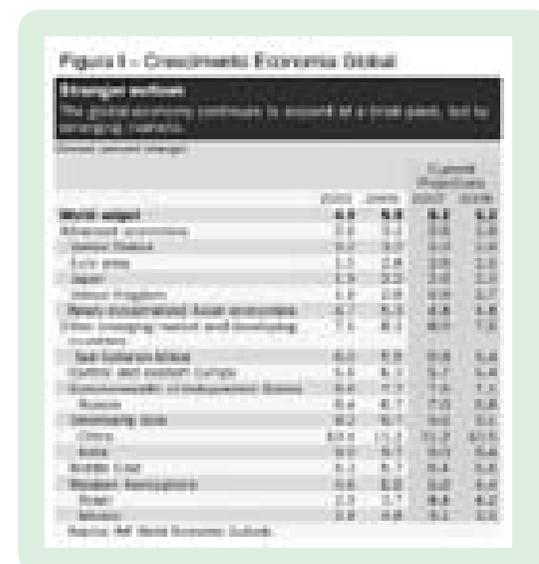
Em relação à dívida pública federal, apesar de nos últimos três anos ter havido melhoramento do seu perfil (aumento da participação de títulos pré-fixados e dos vinculados aos índices de preços, e redução dos títulos cambiais), ainda há receio de que a redução desta diferença possa gerar um influxo de capitais. Do lado da política fiscal, os fluxos acumulados em 12 meses encerrados em abril mostram um elevado superávit primário consolidado (receitas e despesas sem incluir o pagamento de juros) de R\$ 100,47 bilhões (4,22% do PIB), cujo ajuste fiscal vem sendo mantido por uma elevação extraordinária das receitas (basicamente aumento de tributação), sem nenhum ajuste pelo lado dos gastos do governo.

Política monetária e fiscal

Para responder à pergunta anterior, se há espaço para uma política econômica consistente com a expansão da economia, será usado o simples Modelo IS-LM, com livre mobilidade de capitais e taxa de câmbio flutuante "limpa" para analisar esta questão. Conforme a Figura II, pelo lado da política monetária, considerando uma queda na taxa de juros da economia previamente em equilíbrio no ponto E, vemos o deslocamento da curva LM para a direita (LM'), trazendo primeiramente um déficit no balanço de pagamentos. Esse déficit é compensado por uma desvalorização do câmbio, supondo a validade da condição de Marshall-Lerner, que estimularia as exportações e inibiria as importações, fazendo com que posteriormente a curva IS se desloque para a direita (LM'). Assim a economia atingiria um novo ponto de equilíbrio E' (onde o produto Y' é superior ao anterior Y). Sabendo que o Brasil possui uma taxa de juros real elevada para padrões

internacionais, que está acima da taxa de juros de paridade descoberta, há uma atração de capitais para o país, o que acaba por pressionar a apreciação da taxa de câmbio. Uma queda na taxa de juros nas próximas reuniões do Copom tenderá a reduzir o ingresso de capitais financeiros no país, desvalorizando o câmbio e estimulando as exportações.

Mesmo que não tenhamos calculado o produto potencial da economia (assunto bastante controverso no mundo acadêmico), acreditamos que ainda há capacidade ociosa para os setores. O aumento da utilização da capacidade produtiva da indústria acima da média histórica (de 2001.II a 2007.I) não quer dizer que as fábricas não apresentem folga para expandir a



produção. Além disso, a elevada utilização da capacidade instalada acaba por estimular novos investimentos, o que de fato tem ocorrido.

Além de não ter havido uma explosão de consumo, a importação de máquinas mais modernas e o aumento dos investimentos tenderá a aumentar o produto potencial. Assim, a manutenção da taxa de câmbio flutuante (aumentando a competição através da importação de bens comercializáveis) é conveniente para que o Governo possa estimular o nível de demanda da economia brasileira através de uma política monetária mais agressiva, sem risco de geração de inflação acima da meta de 4,5%, ao ano. Além disso, o alto nível de reservas internacionais é um

colchão (no curto prazo) contra a saída de capitais, caso ocorra uma crise de liquidez internacional.

Enquanto a média histórica da FBCF (entre 2001.I e 2007.I) é de 16,4% do PIB, o 1º trimestre está apenas 4,7% acima desta média (17,2% do PIB). Contudo, esta relação ainda é muito baixa no Brasil para que se atinja uma taxa de crescimento sustentável de 5% do PIB. Mesmo que a tendência da FBCF seja de subida e mesmo que o cenário externo continue favorável, é difícil supor que a redução da taxa de juros possa, por si só, levar a economia a este patamar.

Neste modelo, políticas fiscais expansionistas (simples aumento dos gastos autônomos do governo, sem contar investimentos governamentais) acarretariam expansão temporária da curva IS. Isto porque a curva IS logo voltaria para a posição inicial, uma vez que a entrada de capitais sobrevalorizaria a taxa de câmbio, fazendo que a queda das exportações e o aumento das importações gerassem um déficit no balanço de pagamentos até o ponto de equilíbrio original. Agrava-se o fato de que este é financiado pelo endividamento público e pelo aumento da carga tributária (que representa 38% do PIB), que tem efeito negativo sobre a expansão do PIB.

Mudanças estruturais

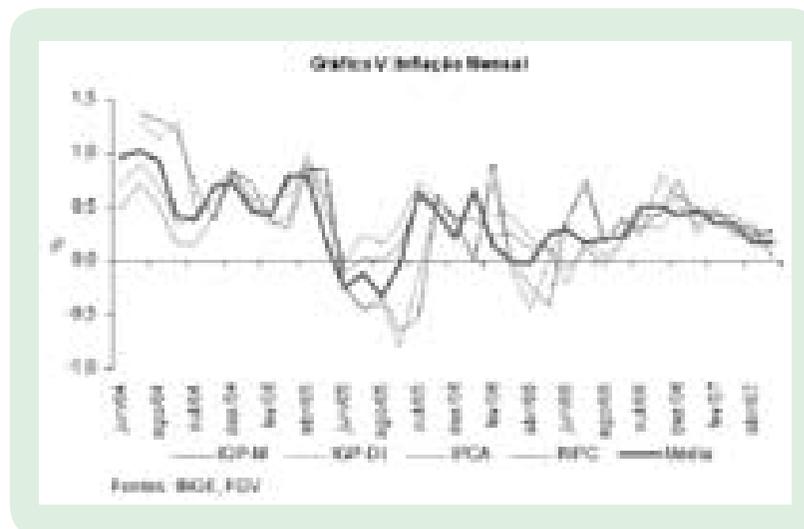
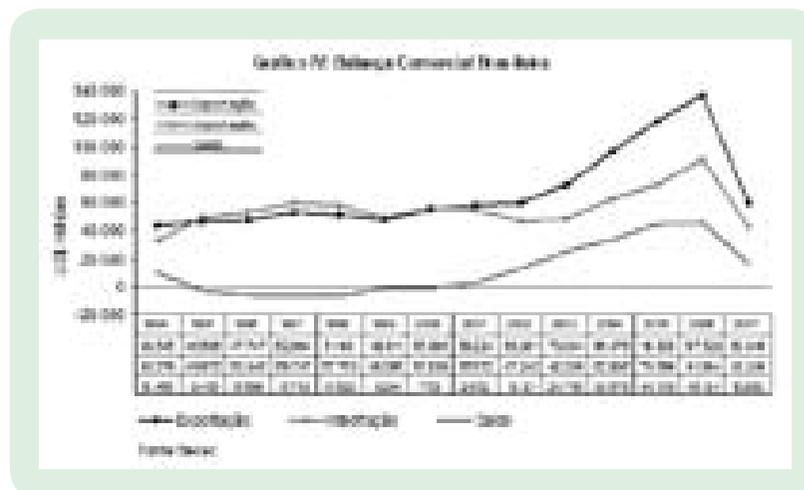
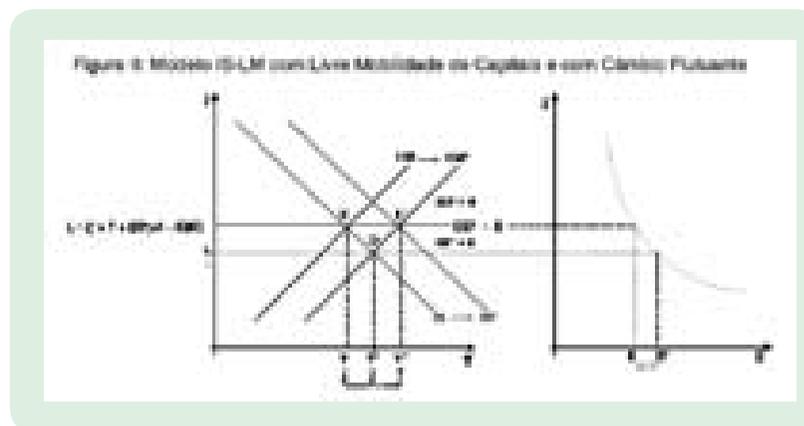
Apesar da real viabilidade para ajustes de variáveis macroeconômicas no curto prazo para se obter taxas de crescimento mais aceleradas, a estabilidade do crescimento só poderá vir mediante a efetivação de ajustes estruturais mais profundos. É neste sentido que cada vez tornam-se mais comuns explicações não-convencionais dos economistas do mainstream para o baixo crescimento do país.

A Revista *Veja* (agosto, 2006) entrevistou os vencedores do Nobel de Economia, Gary Becker, James He-

ckman, Douglass North, Robert Solow e Robert Mundell, perguntando por que o Brasil não cresce como a China e a Índia. De forma geral, as respostas giraram em torno da necessidade de correção de deficiências institucionais, tais como excesso de burocracia, captura do ambiente político pelas classes econômicas mais privilegiadas, arbitrariedade dos “príncipes” na falta de estabilidade regulatória e tributária.

Embora hoje em dia a baixa inflação permita uma maior previsibilidade ao investidor, isto por si só não garante estabilidade de regras e a eliminação do alto nível de incerteza no país. Conforme observou o economista inglês John Maynard Keynes (1936), o nível de investimento da economia é função da taxa de juros e, principalmente, do “estado de confiança” contra o animal spirit (perfil de aversão ou propensão à incerteza) dos investidores. Quanto maior o nível de incerteza, menor será a Eficiência Marginal do Capital, pois maior deverá ser o prêmio desejado pelo capitalista, expresso na taxa adotada para descontar o fluxo de caixa de seu projeto. Quanto maior a taxa mínima de retorno do capital próprio ajustada ao risco do ativo, menor a chance de um projeto ser atrativo, sendo menor o nível de investimento na economia.

Neste aspecto, não parece que o ambiente de negócios tenha se estabilizado, assim como não parece que o Brasil seja benchmarking neste aspecto. Muito pelo contrário, conforme classificação relativa à facilidade para fazer negócios do Banco Mundial. Entre diversos países, o Brasil saiu da 122ª posição, no relatório *Doing Business* de 2006, para 121ª, no relatório de 2007. Embora a economia brasileira esteja mais robusta, não se pode contar com liquidez internacional para sempre (vide recentes tremores, no mercado financeiro,



desencadeados pela economia norte-americana). Não há razões para supor que este “círculo virtuoso” seja estável e duradouro, assim como não dá para confiar na suposta “blindagem” econômica, uma vez que ainda há muito que se corrigir para se alcançar um real desenvolvimento sustentável.

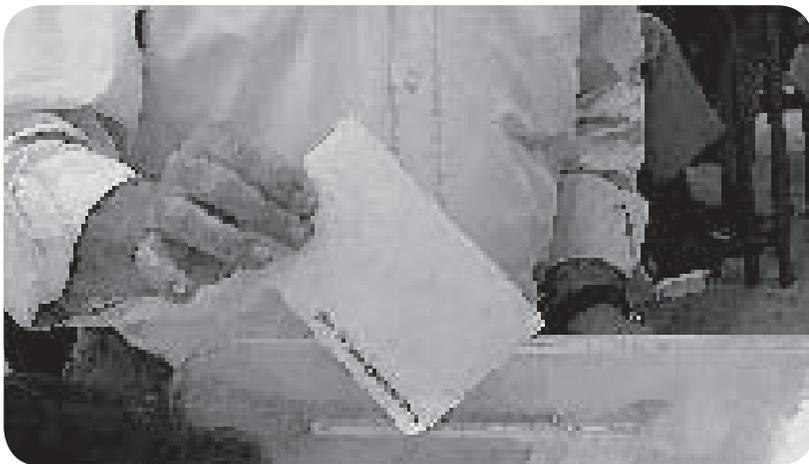
1 A curva de equilíbrio no mercado de bens e serviços (IS) é dada por $Y = C + I + G + X - M$, a curva de equilíbrio no mercado monetário (LM) é dada por $M/P = Y L(i)$, e a equação de paridade descoberta dos juros é dada por $it = it^* + \Omega + ((Eet+1 - \bar{E})/\bar{E})$, onde a taxa de juros interna é igual à taxa de juros internacional acionada do risco de default do país e do risco cambial.

* Consultor Econômico de Projetos de Óleo e Gás, Mestre em Economia pela UFF, Bacharel Economia pela URFJ, 1º Lugar no XI Prêmio Brasil de Economia – 2003 na Categoria Dissertação de Mestrado. Contato: rodgandra@gmail.com

** Analista de Desempenho Empresarial e Estratégia, MBA em Marketing pelo IAG/PUC Rio, Bacharel Administração pela URFJ. Contato: adriana.sokolik@gmail.com

Vale do Rio Doce

O encaminhamento à presidência da Câmara dos Deputados de um projeto de decreto legislativo para a instituição de um plebiscito oficial sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, bem como a abertura de outras frentes de luta, como a campanha “O preço da luz está um roubo e a vítima é você” são alguns dos desdobramentos da Campanha do Plebiscito realizado na Semana da Pátria, em setembro último.



Plebiscito teve 3,5 milhões de votos

Cerca de 3,5 milhões de pessoas participaram da votação em urnas que foram espalhadas em mais da metade dos municípios brasileiros (foram 3.157 cidades, no total), na campanha que mobilizou quase 105 mil voluntários em todo o país. São números que a coordenação da campanha considerou bem mais robustos e representativos do que muitas das pesquisas de opinião divulgadas pela mídia, e que deram legitimidade às lutas pela anulação da venda da Vale e contra o pagamento, nas condições atuais, da dívida pública do país.

ciparam da campanha do plebiscito voltam a se reunir em São Paulo, para discutir e propor rumos e desdobramentos. Uma nova campanha deverá ser deflagrada, ainda este ano, abordando nova temática que diz respeito às privatizações realizadas no Brasil, dos anos 90 para cá.

Trata-se da campanha “O preço da luz está um roubo e a vítima é você”, que terá a coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens e o mesmo perfil de atuação e mobilização, envolvendo locais de grande circulação de pessoas, como escolas, universidades, praças públicas, rodoviárias, metrô, comunidades e igrejas.

– Esta campanha tem o objetivo de revelar o resultado da privatização do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil, que hoje privilegia amplamente a grande indústria orientada para a exportação e causadora de graves impactos ambientais, em detrimento do consumo das famílias de mais baixa renda que por isso chegam a pagar até oito vezes mais pela luz que consomem – informa Marcos Arruda.

De olho no STJ

O deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) entregou ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), projeto de decreto legislativo, já com o número suficiente de assinaturas de apoio, para a realização de um plebiscito oficial sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, visando, entre outros alvos, retomar o debate sobre as condições em que a empresa foi repassada para o capital privado, boa parte dele estrangeiro, em pre-

juízo dos interesses estratégicos nacionais da sociedade brasileira.

As entidades também estarão atentas ao andamento de mais de uma centena de processos e ações populares que deram entrada na justiça, contra a privatização da Vale. Esses processos e ações se encontram no Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde se decide se irão ser arquivados ou reunidos e julgados em um único e mesmo processo. No último 10 de outubro, o ministro Teori Zavascki pediu vistas do processo. O relator é o ministro Luiz Fux, que votou favoravelmente a Vale. A expectativa é que o julgamento seja retomado ainda neste mês de outubro.

As respostas contrárias a novas reformas na Previdência Social também serão importantes, segundo Marcos Arruda, como instrumento de resistência e pressão sobre o Congresso Nacional, de forma a impedir que novas alterações sejam feitas em prejuízo dos direitos dos trabalhadores e do esfacelamento do sistema de Seguridade Social. A campanha pela anulação do leilão de privatização da Vale, realizada de 1 a 7 de setembro último, permitiu ainda outros avanços em termos da articulação dos movimentos sociais, como observa o economista do PACS.

– Um outro aspecto positivo do plebiscito, e extremamente relevante, foi a criação, em diversos estados, de espaços políticos heterogêneos, mas unificados em torno da campanha, o que permitiu o mapeamento das forças políticas verdadeiramente engajadas num projeto de poder popular e de desenvolvimento soberano para o Brasil.

– Um outro aspecto positivo do plebiscito, e extremamente relevante, foi a criação nos diversos estados de espaços políticos heterogêneos, mas unificados em torno da campanha, o que permitiu o mapeamento das forças políticas verdadeiramente engajadas num projeto de poder popular e de desenvolvimento soberano para o Brasil – disse ao *JE* o economista Marcos Arruda, do Pacs (Políticas Alternativas para o Cone Sul), entidade que participou da coordenação da campanha.

Neste final de outubro, as entidades e movimentos sociais que parti-

Manifesto à Nação

Pela retomada imediata do crescimento

O manifesto a seguir deu os fundamentos para a Carta de Porto Seguro, aprovado no recente XVII Congresso Brasileiro de Economistas, realizado de 11 a 14 de setembro na Bahia.

Não é mais possível ignorar a atual situação crítica da sociedade brasileira. Fato esse que os responsáveis pela economia procuram esconder da opinião pública, adotando enfoque estritamente de curto prazo, para afirmar que o país “vai bem” por estarem elevados os superávits da balança comercial, baixa a inflação e sob controle a dívida pública. Não se leva em conta o fato de que, do ponto de vista do longo prazo, a situação econômica e social é ruim e sem maiores perspectivas de melhoria.

A situação econômica se deteriora rapidamente. O Brasil está crescendo não somente menos que as economias emergentes, mas abaixo da média mundial. Como o subdesenvolvimento é medido pela distância entre o produto por habitante do país (PIB per capita) e os das economias mais avançadas, é lícito afirmar que ele se encontra hoje em processo de crescente subdesenvolvimento. Nossa indústria, em consequência da sobrevalorização do real, se concentra, cada vez mais, em setores de baixo valor adicionado por trabalhador, numa involução que já foi caracterizada como de desindustrialização relativa.

Os porta-vozes do Governo apontam como testemunha da correção de sua política econômica as grandes entradas do capital estrangeiro. Na ausência, contudo, de estratégia econômica de longo prazo, essas entradas não se traduzem em aumento



da taxa de investimento sobre o PIB, em pouco ou nada, portanto, contribuindo para o crescimento econômico.

O sucateamento da infra-estrutura, tanto econômica como social, constitui fato público e notório. Sua manifestação mais evidente se acha no péssimo estado da malha rodoviária, precariamente melhorado por medidas emergenciais, e pela situação caótica do transporte aéreo. No setor financeiro, temos carga fiscal excessivamente elevada para país em nosso estágio de desenvolvimento, o que desencoraja os investimentos privados. A dívida pública é mantida sob controle através de superávits primários, que reduzem drasticamente a capacidade de investimento do Governo.

Em termos de condições sociais, os sintomas mais chocantes do descalabro existente são os hospitais desprovidos dos equipamentos mais elementares e o sistema educacional de baixo nível e em clara deterioração. Tentando justificar essas e outras deficiências, os porta-vozes oficiais alegam os altos gastos da Previdência Social, sem levar em conta que a Seguridade Social, da qual ela faz parte, registra elevados saldos positivos.

O que, no entanto, sinaliza com mais nitidez o caos que nos ameaça é a rápida deterioração das condições de vida nas regiões metropolitanas, centro da vida econômica e social do país. O favelamento se alastra rapidamente, a população de rua e a mendicância aumentam constantemente, a camelotagem, que supre a falta de emprego formal, ocupa as ruas das cidades, os “flanelinhas” se multiplicam, as milícias disputam com os traficantes o controle de áreas urbanas, a corrupção invade a polícia mal remunerada e a grande e crescente criminalidade começa a se tornar poder paralelo nas grandes cidades.

Os signatários do presente manifesto vêm a público para manifestar sua convicção de que, se o Governo não abandonar sua visão curtoprazista, adotando as providências necessárias para reverter a situação, o insuficiente e distorcido crescimento econômico persistirá e o caos das regiões metropolitanas se generalizará por todo o país.

Causas da situação atual

A causa básica de todas essas dificuldades é a semi-estagnação, que marcou a economia brasileira durante as duas últimas décadas e meia, e está caminhando, a largos passos, para completar sua terceira década.

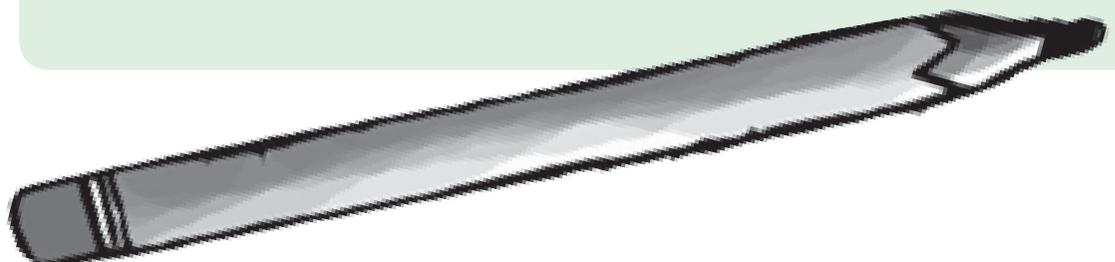
O Brasil, nos primeiros 80 anos do século passado, registrou incremento do PIB per capita de 3,1% ao ano, resultado apenas superado pelo Japão. Após 1980 e até os dias de hoje, essa percentagem variou entre 0,5% e 1%. Se houvesse mantido o crescimento anual médio de 7%, como aconteceu entre a 2ª Guerra Mundial e 1980, resultado obtido e até superado nas últimas três décadas por países asiáticos, o Brasil disporia hoje de PIB três vezes superior. Ou seja, problemas como a carga fiscal, dívida pública e despesas com a Previdência seriam três vezes menores em termos de percentagem do PIB.

A receita da esfera pública teria triplicado, permitindo proporcionar à população moradias, escolas e hospitais de bom nível, além de remunerar adequadamente professores e policiais, obtendo deles os bons resultados desejados. O salário mínimo e a oferta de emprego seriam igualmente multiplicados por três. A deterioração geral da infra-estrutura deixaria de existir diante da capacidade financeira do setor público, três vezes superior à atual. Finalmente, teríamos observado ganho importante – e não perda – em termos de nível relativo de desenvolvimento.

A situação do país se torna particularmente grave pelo fato de que, no mundo atual, as economias retardatárias não têm escolha entre crescimento lento e acelerado. Fato esse decorrente do que se tornou conhecido em Economia como o efeito de imitação ou emulação. Os modernos sistemas de informação e comunicação levam ao conhecimento das categorias de menor renda, os elevados padrões de vida existentes em outras partes do mundo ou desfrutados pela camada de maior poder aquisitivo do próprio país. O que se traduz em pressão sobre o Poder Público para obter as mesmas vantagens.

Em casos de lento crescimento ou semi-estagnação, como o brasileiro, o Governo se vê forçado a atender a tais reivindicações, pelo menos em parte, com redução de sua margem de poupança. O que explica a construção de rodovias, portos e aeroportos sem que haja recursos para sua adequada manutenção e operação, a instalação de hospitais sem o equipamento adequado, a multiplicação de escolas com professores mal remunerados, e assim por diante. Para atender a essas despesas, a carga fiscal deve ser ampliada e aceito significativo aumento da dívida pública. Tudo como ocorre na presente experiência brasileira.

O pleno atendimento das reivindicações dos grupos de menor renda só será possível quando o país houver eliminado seu atraso econômico. E isso deve ser feito em prazo tão curto quanto possível. A simples aceleração do crescimento, todavia, já minora o problema, ao gerar mobilidade vertical entre as diferentes categorias sociais. Mobilidade que sinaliza estar sendo resolvido o problema da grande disparidade de padrões de vida, o que mantém as pressões sociais dentro de limites suportáveis. Na ausência de crescimento acelerado, conforme se observou no Brasil, durante mais de duas décadas e meia, as pressões decorrentes do efeito de imitação, ao reduzir drasticamente a capacidade de investimento do Poder Público, põem em risco a própria viabilidade econômica e social do país. Donde a importância não apenas de qualquer crescimento, mas de expansão do PIB tão rápida quanto possível.



A situação é inaceitável

A grave situação econômica e social existente no país, decorrente da semi-estagnação que nos vitima durante pelo menos duas décadas e meia, seria admissível se o Brasil, diferentemente de outras economias emergentes que registram taxas elevadas de incremento do PIB, se deparasse com obstáculos irremovíveis ao seu crescimento. A situação é, porém, exatamente a oposta: o Brasil apresenta condições excepcionalmente favoráveis ao rápido desenvolvimento econômico. Um banco americano listou, recentemente, os países com as potencialidades requeridas para, em futuro não muito distante, se tornarem as economias de maior peso no cenário mundial. São eles Brasil, Rússia, Índia e China, grupo que passou a ser conhecido como BRICs. Acontece que China e Índia vêm registrando, nos últimos 20 anos, incremento anual do PIB de 9% e 7%, respectivamente, e a Rússia, na última década, 7%. O Brasil, contrariamente, nos últimos 27 anos não teve crescimento muito superior a 2%.

O surpreendente nesse contexto é que o Brasil supera, ou iguala, os três outros países do BRICs nas características usualmente apontadas como favoráveis ao crescimento acelerado: grande mercado interno; equilíbrio população-território; abundância de recursos naturais; uniformidade étnica e lingüística; ausência de conflitos internos, religiosos ou raciais; e boas relações com outros países, sobretudo, vizinhos. O Brasil atende

Manifesto à Nação

plenamente a todos esses requisitos, o que não acontece com nenhum dos outros três. São, portanto, absolutamente inaceitáveis os maus resultados obtidos pelo país, praticamente, nas três últimas décadas.

As autoridades econômicas insistem em desvalorizar o preocupante significado desses fatos, afirmando concentrarem esforços no objetivo prioritário de criar as precondições para retomada do crescimento acelerado, ou seja, garantir os três equilíbrios fundamentais – cambial, fiscal e monetário – apresentando, inclusive, como necessárias para tal, altíssimas taxas de juros e a sobrevalorização cambial, usualmente consideradas desfavoráveis ao desenvolvimento.

Ora, a experiência internacional demonstra que o dinamismo da economia pode ser iniciado ou mantido independentemente desses equilíbrios. Durante os anos 1970, por ocasião dos choques do petróleo, a Coréia do Sul manteve bem sucedida política de desenvolvimento, com inflação anual média de 20%. Em 1990, a Índia implementou política econômica que a lançou no crescimento acelerado, apesar dos seus elevadíssimos déficits fiscais. O Brasil, durante os 30 anos seguintes à 2ª Guerra Mundial, registrou, no âmbito do modelo de substituição de importações, incremento anual médio do PIB de 7%, apesar de acentuados desequilíbrios não só fiscal, como monetário e cambial.

Mais grave é que, mesmo se fossem realmente indispensáveis à volta do crescimento acelerado, os equilíbrios fundamentais podem ser obtidos por meios outros que elevados juros e sobrevalorização cambial. Assim, a UNCTAD (a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) mostra que, contrariamente do que faz o Governo brasileiro, economias emergentes de elevado dinamismo conseguem manter os equilíbrios cambial, fiscal e monetário com juros baixos e subvalorização cambial.

Mais recentemente, vem se condicionando a retomada do crescimento acelerado à correção de deficiências institucionais, entendidas estas como as regras que regulam o jogo econômico. Fala-se de insegurança jurisdicional, legislação trabalhista leniente, proteção inadequada de acionistas minoritários, vantagens excessivas na Previdência Social e assim por diante. Acontece que o Brasil cresceu rapidamente durante os 80 primeiros anos do século passado, na vigência exatamente dessas regras. Carece assim de sentido atribuir a elas a responsabilidade pela longa semi-estagnação da economia brasileira.

A indagação que se impõe é, então, a seguinte: diante da excessiva valorização curtoprazista dos equilíbrios fundamentais e do fato de que o crescimento acelerado provoca sempre pressões cambiais, fiscais e monetárias na economia, não estará o Governo contendo o incremento do PIB para garantir esses equilíbrios? Pelo menos isso explicaria a insistência na manutenção de juros altos e a recusa a adotar medidas eficazes contra a sobrevalorização do real.



Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito **minuto**

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

A insuficiência do PAC

Diante da exploração pela mídia do fato de o Brasil, de acordo com os dados disponíveis à época, estar crescendo, na América Latina, somente acima do Haiti, as autoridades brasileiras parecem ter tomado consciência da inaceitabilidade do lento crescimento econômico. Em função disso, foi lançado o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Ele é, sem dúvida, importante porque as autoridades do país reconheceram a necessidade da visão de longo prazo. Contudo, o PAC está longe de atender às reais necessidades do país.

O que o Brasil necessita é definição da estratégia de longo prazo, que o arranque da situação presente do lento crescimento. Essa situação está aumentando seu atraso econômico relativamente ao resto do mundo, desarticulando sua estrutura industrial e colocando-o, no âmbito de suas regiões metropolitanas, à beira do caos social e econômico. No passado, tivemos o modelo primário-exportador, que proporcionou bons resultados à economia nacional de 1850 a 1930. E o modelo de substituição de importações, que nos levou ao crescimento acelerado de 1930 a 1980. O PAC cobre essencialmente período de quatro anos do segundo mandato do atual Governo. Mesmo no caso de pleno sucesso, apenas conseguirá melhorar os pífios resultados do primeiro mandato. Comprovação de que o PAC não conseguiu se livrar da visão curtoprazista dominante se acha no fato de que nada fez para eliminar as distorções representadas pelos altos juros e sobrevalorização do real.

Finalmente, os investimentos do PAC se concentram na recuperação e complementação da infra-estrutura econômica, quando qualquer estratégia digna desse nome deve definir as atividades diretamente produtivas que comandarão o processo de crescimento. Nesse contexto, a definição de nova política industrial deveria ter papel relevante. Em função dessa deficiência, existe outro grave risco. Como a realização de investimento em infra-estrutura determina, durante a duração das obras, aumento do emprego e aceleração do crescimento, o sucesso do PAC pode ter o impacto negativo de fazer acreditar estarem

Manifesto à Nação

resolvidos os problemas econômicos do país, relegando ao esquecimento a definição de estratégia de longo prazo, indispensável ao relançamento do país em desenvolvimento rápido e sustentado.

A responsabilidade do Governo

Os signatários do presente manifesto, ligados a diferentes áreas da comunidade brasileira, já tiveram ocasião de apresentar sugestões para resolver ou minorar os graves problemas que afetam o país. Sugestões nem sempre levadas na devida conta. No presente manifesto, renunciam a quaisquer sugestões específicas, menos por não terem sido bem recebidas suas contribuições anteriores, do que por realisticamente reconhecerem que a identificação e implementação das medidas para recolocar o país na trilha do crescimento acelerado é de responsabilidade fundamental do Governo. Sendo também este o único agente que dispõe das informações necessárias para definir as ações requeridas, e dos meios necessários para levá-las a bom termo.

No mundo atual, a obtenção de taxas elevadas de incremento do PIB deixou de ser objetivo alcançável somente por alguns poucos. Começando com os quatro pioneiros asiáticos de tamanho pequeno e médio, o crescimento acelerado se estendeu a nações continentais como Índia e China, não deixando de fora sequer nações duramente afetadas por longo e cruel conflito armado, como o Vietnã. Na Europa, nações periféricas como a Irlanda e a Turquia têm igualmente obtido significativos sucessos em políticas de eliminação do atraso econômico. Mais perto de nós, Argentina e Venezuela registram, já por alguns anos, aumento do PIB na média de 9% a 10%. Mesmo o minúsculo Panamá (criado artificialmente) vem alcançando resultados significativos.

O presente manifesto se exime de apresentar propostas. Mas diante das condições especialmente favoráveis da economia brasileira para o desenvolvimento econômico, e do sucesso obtido nas mais diversas partes do mundo por nações não beneficiadas por vantagens iguais às nossas, os signatários do presente manifesto vêm cobrar dos responsáveis pela economia brasileira, em nome da comunidade nacional, resultados não inferiores aos obtidos pelas nações emergentes do resto do mundo.

Não propomos fórmulas ou soluções. Mas afirmamos que constitui responsabilidade fundamental daqueles que administram o país a tarefa de encontrá-las e implementá-las. Diante da multiplicidade de experiências bem sucedidas nas mais diversas regiões do planeta, não lhes será difícil identificar e implementar estratégia ajustada à realidade brasileira. Uma nova política econômica para o Brasil deve ter como critério para avaliação dos resultados a taxa de crescimento do PIB, que não poderá ser inferior a 7% ou 9% registrados por outras economias emergentes.

Qualquer crescimento acelerado provoca tensões de tipo cambial, fiscal e monetário. Faz parte, assim, de estratégia correta de desenvolvimento a previsão dos meios e modos de manter essas tensões sob controle. Objetivo perfeitamente factível, segundo atesta a experiência de numerosas bem





ucedir economias emergentes. Constitui erro básico, como se faz hoje no Brasil, centrar a avaliação dos resultados na consecução de metas de inflação, menosprezando os maus resultados obtidos em termos de incremento do PIB. É muito especialmente condenável colocar-se em 4,5% ou 5% a meta desejável de crescimento. Tal meta é inaceitável, seja diante da importância do rápido aumento do PIB para superar as injustiças sociais existentes em nosso país, seja diante do fato de ser o objetivo de políticas de desenvolvimento a eliminação do atraso econômico no menor prazo exequível. Não tem sentido limitar-se a 5% o crescimento, se resultados conseguidos em diversas partes do mundo, e pelo Brasil no passado, mostram serem possíveis resultados muito superiores.

Os signatários do presente manifesto reconhecem que não se pode, de forma alguma, atribuir exclusivamente ao atual Governo a responsabilidade pelos graves problemas que afetam o país. Têm igualmente culpa todos e cada um dos responsáveis pela economia brasileira no período posterior a 1980. Só que o atual Governo dispõe de meios para reverter o processo, evitando que o país complete mais uma década perdida em termos de desenvolvimento e de elevação dos padrões de vida de sua população.

O atual Governo, se aceitar a responsabilidade de reverter o processo de semi-estagnação que assola o país há quase 30 anos, entrará para a história como tendo salvado o Brasil do caos que o ameaça. É a aceitação dessa responsabilidade que lhe está sendo cobrada pelos signatários do presente manifesto.

Assinam este Manifesto:

Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro
 Conselho Regional de Economia do Estado da Bahia
 Conselho Regional de Economia do Estado de Minas Gerais
 Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RJ

Formação em Debate

A monografia é ou não fundamental?

Na edição passada, o *JE* trouxe artigo sobre a importância da monografia no currículo dos cursos de graduação em economia, de autoria do professor Nivalde de Castro, da UFRJ. Nesta edição, trazemos opiniões de professores e estudantes. O professor Durval Meirelles, da Estácio, diz que “apesar do trabalho que dá”, as monografias propiciam pesquisas inovadoras e interessantes. Pedro Guimarães, recém formado, ganhador do Prêmio de Monografia Celso Furtado, entende que elas trazem dificuldades próprias de “um momento de ruptura e amadurecimento do aluno”. Anna Cecília Jasmim de Aguiar, 2º lugar na mesma premiação, considera que a monografia “conjuga teoria e visão de mundo”.

A monografia abre perspectivas

Durval Meirelles

Coordenador do Curso de Economia
 Universidade Estácio de Sá

■ Participei nos últimos anos, pelo Brasil, de alguns encontros em que esse tema foi profundamente discutido por quase todos os dirigentes de Cursos e Conselhos Regionais de Economia. E a monografia foi considerada por quase todos como fundamental e uma conquista dos economistas, sendo confirmada como obrigatória e incluída na última versão das Diretrizes Curriculares de Economia, publicadas no DOU, em julho de 2007. O Colegiado de Curso da Estácio de Sá também entende a importância da monografia para a formação do economista, pois abre novas perspectivas de atuação no mercado de

trabalho, seja na pesquisa ou no magistério.

A manutenção de sua exigência além de abrir outras perspectivas no mercado de trabalho, traz um diferencial ao profissional dando-lhe mais habilidades e competências em suas atividades. Apesar do trabalho que dá aos professores na orientação e para a coordenação em administrar operacionalmente a qualidade das monografias, é gratificante quando surgem monografias bem elaboradas e com pesquisas de campo inovadoras e interessantes. Os Cursos que investem nessa área ganham credibilidade, e melhores notas, quando da avaliação realizada pelo MEC.

A monografia é o fim de um ciclo

Pedro de Oliveira Guimarães

IE/UFRJ

1º lugar no XVII Prêmio de Monografia Celso Furtado

■ A importância da monografia para o estudante de economia é a de possibilitar o desenvolvimento de um projeto de pesquisa definido pelo próprio aluno, e que permitirá o uso das ferramentas teóricas e de análise aprendidas durante o curso. A monografia é, assim, o primeiro momento em que os novos economistas se encontrarão livres para se definirem na profissão e concretizarem o conhecimento adquirido.

As dificuldades para escrever a monografia, no meu entender, são aquelas que a caracterizam como um momento de ruptura e amadurecimento do aluno. A monografia é o trabalho de conclusão do curso, representa o término de um ciclo, mais ou menos estável, que é a graduação, para outro cheio de incertezas. Às vezes, essa transição é difícil, a própria saída da faculdade e a perda daquela rotina agradável do campus, dos amigos e das aulas assusta. Além disso, toda a liberdade do processo de elaboração da monografia, embora neces-

sária, exige uma responsabilidade e a necessidade de um autoconhecimento como economista para a escolha do tema e da abordagem que será usada. Embora compreenda que esses fatores causem complicações, acho que a superação deles é importantíssima para o amadurecimento, não mais do aluno, mas do novo profissional.

Como superei essas dificuldades? Na verdade, comecei a elaboração da monografia já tendo passado na prova de seleção para o curso de mestrado e, por isso, tive data bem determinada para a defesa dela, a fim de cumprir o cronograma para a matrícula no mestrado. O que trás problemas, mas exige uma disciplina e orienta o processo. Além disso, a ruptura da saída da faculdade foi amenizada, já que eu continuaria em um ambiente acadêmico e naquele campus universitário que eu gostava e estava acostumado a frequentar. Acho que, no geral, o importante é estipular um prazo e escolher um tema e um orientador de maneira a que o trabalho seja prazeroso.

Não acredito que tornar a monografia disciplina optativa venha a ser benéfica. Como dito, ela é um momento difícil, mas é essa superação e o amadurecimento intrínseco a ela que garantem o seu valor. Acho que todo trabalho de incentivo à pesquisa deve ser estimulado e não ter sua importância esvaziada.

As faculdades devem formar pessoas capazes de pensar

Anna Cecília Jasmim de Aguiar

Economista formada pela UFF.

2ª lugar no XVII Prêmio de Monografia Celso Furtado

■ A monografia faz parte da conclusão de um importante ciclo de aprendizado e amadurecimento de uma graduação. É nela que o aluno pode expressar parte de seus anseios pela profissão que se inicia, num trabalho que conjuga teoria e visão de mundo.

Acredito que a maior dificuldade para se fazer uma monografia é a ausência de uma curiosidade investigativa – que poderia ser exercida em trabalhos de pesquisa acadêmica e de iniciação científica –, de forma a incentivar um processo de pesquisa e de aprendizado, muito úteis elaboração da monografia. O fato investigado deve fi-

car a critério do aluno, mas os métodos de investigação devem ser exercidos e apreendidos ao longo da faculdade. Dessa feita, o trabalho de conclusão de curso não deve ser visto como um fim em si mesmo, mas como a conclusão de um processo que deve ser exercitado ao longo da graduação.

Destarte, trabalhos de pesquisa acadêmica, projetos de iniciação científica, grupos de discussão, entre outras atividades acadêmicas devem ser incentivadas para que, além de uma formação tecno-científica, os alunos adquiram uma visão mais crítica do mundo e da própria profissão.

A proposta de tornar as monografias optativas poderá deixar um vazio na formação universitária. Não são apenas conhecimentos específicos que se buscam em um aluno de graduação. As faculdades devem formar pessoas capazes de pensar além das teorias contidas nos manuais e, de estudantes de economia, esperam-se pessoas capazes de reflexões mais profundas quanto a questões econômicas, científicas e sociais. 

Saneamento ainda não é prioridade

Entre os serviços públicos essenciais o saneamento é pouco priorizado pelas administrações públicas, mesmo sendo de suma importância para o cidadão, devido à implicação direta na saúde da população. Por conseguinte, observamos o nível de prioridade e o efetivo gasto em saneamento no município e no estado do Rio de Janeiro.

“O saneamento básico requer atenção especial devido à sua implicação direta sobre a saúde da população. A Organização Mundial da Saúde estima que para cada real aplicado em saneamento, economizam-se R\$ 4 que seriam gastos com o tratamento de doenças.”

(Parecer do Projeto de Lei nº 31/2003 - Congresso Nacional)

Em 2004, essa função (saneamento) representou 0,16% do orçamento total liquidado do município. Em 2005, esse percentual subiu para 0,19% e, em 2006, teve novo aumento: 2,31% do total liquidado.

O ano de 2007 iniciou-se com a celebração de um acordo, em 28 de fevereiro, entre a prefeitura e o estado do Rio de Janeiro, em que ficou estabelecido o Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações na área de Saneamento Básico, passando a responsabilidade do esgoto sanitário de 21 bairros da Zona Oeste, denominada área de planejamento 5 (AP 5), além de quatro da Zona Norte e de todas as comunidades carentes do município para a prefeitura, e esta concedendo ao estado as estações de tratamento de esgoto (ETE's) do Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena.

Uma vez que este acordo foi celebrado ao final de fevereiro, com a Lei Orçamentária de 2007 já em vigor, acompanhamos as alterações no orçamento decorrentes.

Cabe destacar que em 14 de setembro foi acrescentado ao Programa de Trabalho (PT) “Manutenção e Operação do Sistema de Esgoto Sanitário” o valor de R\$ 3.189.916,11, três vezes maior do que sua dotação inicial. Esse valor foi retirado de um estranho

PT denominado “Outras despesas pessoais e Encargos Sociais - Administração direta”, cuja dotação inicial é de R\$ 103.447.000,00. Embora de elevado valor, não há nenhum detalhamento acerca de sua destinação, em mais um exemplo de descaso com a informação orçamentária da atual gestão.

PAC

Outro ponto de destaque que envolve investimentos na área de saneamento é o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado pelo governo federal, com desdobramento de ações em conjunto com os estados e municípios.

Desta forma, existe o PAC estadual, o PAC municipal, com projetos individuais no tocante a saneamento e urbanização de favelas, e o PAC bipartite – parceria entre estado e município, responsável pela urbanização do Complexo do Alemão e Complexo de Mangueiras.

O gráfico abaixo demonstra a origem dos recursos do PAC destinados ao saneamento urbano, no município do Rio de Janeiro. Um dos projetos principais e importante de ser destacado é o da Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, que depois do acordo entre o município e o estado passou a ser de responsabilidade estadual.

A despeito da legislação orçamentária permitir a classificação de várias subfunções na função saneamento, no presente apenas consideramos informações relativas à subfunção saneamento básico urbano, inserida, também, nas funções urbanismo e gestão ambiental.

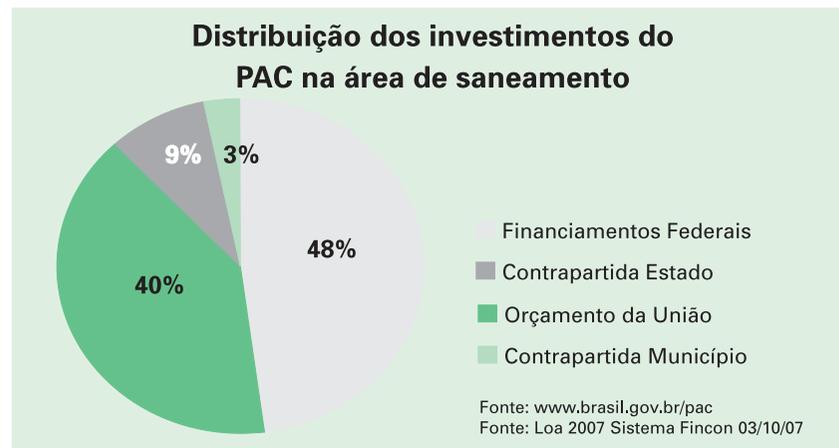
Para tal, acompanhamos a evolução orçamentária anual desta subfunção, a partir do ano de 2004 até o mês de setembro de 2007. No gráfico abaixo, verificamos que em todos os anos analisados o valor realizado (liquidado) foi menor que o valor proposto inicialmente na Lei Orçamentária.

Vale destacar o aumento de 79% na dotação inicial e de 70% no valor liquidado de 2004 para 2005, seguido de um acréscimo de 20% na dotação inicial e de 6,7% no liquidado de 2005 para 2006. De 2006 para 2007, ocorre um decréscimo na dotação inicial, passando de aproximadamente R\$ 84,05 milhões para R\$ 63,4 milhões.

Apesar desta redução, até o mês de Setembro deste ano foram despendidos aproximadamente R\$ 60.281.904,94, o que representa 95% da dotação inicial. Nos anos anteriores a porcentagem dos valores executados ao final do período corresponderam a 73%, 70% e 62%, nos anos respectivos de 2004, 2005 e 2006. Cabe ressaltar que no ano presente a dotação atualizada, que é a dotação prevista de acordo com os acréscimos e cancelamentos previstos durante o exercício, foi de R\$ 131.664.514,26. Ao compararmos este valor atualizado com o valor liquidado até o momento, constatamos que este compreende 45% da dotação atualizada.

Assim, em 2007, o total gasto com saneamento urbano deverá ser menor do que o seu valor previsto na dotação atualizada. Essa subfunção correspondeu a 0,62% do orçamento total previsto para o município em 2007. Com relação aos valores já liquidados deste ano, este corresponde até o momento 0,94% do total do orçamento liquidado.

Distribuição dos investimentos do PAC na área de saneamento



As previsões para 2008, na subfunção saneamento urbano, são de R\$ 141.117.600,00, o que equivale a 1,29 % da proposta total de Orçamento – R\$ 10.903.823.603,00. Nota-se que a previsão orçamentária de 2008, referente à subfunção saneamento urbano, tem seu valor mais que dobrado, quando comparada com a dotação inicial de 2007. Contudo, quando observado o valor da dotação atualizada (até setembro de 2007), esse aumento se faz menos relevante (crescimento de 7,18%).

Orçamento estadual

Os investimentos em saneamento previstos pelo PAC estadual totalizam R\$ 1,27 bilhão para os próximos quatro anos, equivalente a R\$ 317 milhões anuais. Já na Lei Orçamentária de 2007 do Governo do Estado estão previstos para a função saneamento R\$ 2,18 bilhões. Ou seja, o PAC representa 15% em relação ao orçamento do saneamento para este ano. Contudo, apesar do valor autorizado ser relativamente elevado, a execução orçamentária demonstra uma realização em ritmo lento – vide a tabela abaixo.

Nota-se que foram liquidados, até 4 de outubro, 53% do orçamento aprovado, grande parte utilizado em “Gestão Administrativa”, que envolve pagamento de pessoal, amortização da dívida e despesas correntes e pagamento da “Previdência dos Servidores Estatutários” – todas elas atividades-meio. Já objetivos relacionados à capacidade do serviço previstos, tais como a “Ampliação Sistemas de Saneamento do Interior” e “Implantação de Sistema Esgotamento Sanitário” ainda não foram executados este ano.

Nos exercícios de 2004, 2005 e 2006, verificamos um crescimento

desta função, assim como a relação entre o total liquidado perante sua dotação inicial. Em 2004, foi aprovado R\$ 1,9 bilhão, para um montante liquidado de R\$ 1,56 bilhão, correspondendo a 81,84%. Em 2005, a dotação inicial passa para R\$ 1,97 bi, com um liquidado de R\$ 1,64 bi, o que representou 83,28%. Já no ano passado, a dotação inicial se reduziu em 10%, passando para R\$ 1,77 bi, ao passo que o total liquidado foi maior do que nos anos anteriores, com R\$ 1,75 bi, quase a totalidade da dotação aprovada. A previsão, para 2008, é de R\$ 2,52 bi.

Por sua vez, o peso do saneamento no total liquidado do orçamento decresceu. Em 2004 esta razão era de 5,68%, diminuindo para 5,45%, em 2005, e 5,15%, em 2006. Neste ano, até o dia 4 de outubro, foi de 4,73%.

Em relação à subfunção saneamento básico urbano, a despesa liquidada até 4 de outubro foi de R\$ 131,8 milhões, perante uma dotação aprovada de R\$ 573,7 milhões, o que representa 23%. Este percentual interrompe uma trajetória ascendente do gasto com esta rubrica. Em 2004, o valor liquidado foi de R\$ 269,7 milhões, 45% do total aprovado. No ano seguinte, es-

te percentual aumentou para 79%, cerca de R\$ 393 milhões. Ano passado, o total liquidado foi maior do que o aprovado pela LOA, atingindo 119%, com o montante de R\$ 471,9 milhões.

O mesmo ocorre ao compararmos o peso do saneamento básico urbano em relação ao orçamento geral. De 2004 a 2006, os percentuais são de 0,98%, 1,3% e 1,38%. Em 2007, comparando-se o total liquidado da subfunção com o total liquidado do orçamento obtemos 0,54%.

Conclusão

Podemos deduzir que o acordo entre os entes, mais a perspectiva de implementação do PAC,

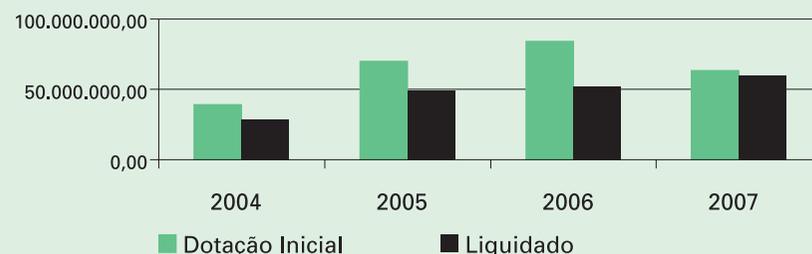
alteraram a destinação de recursos para o saneamento. Na esfera municipal, os remanejamentos verificados este ano e o aumento na previsão de gastos para 2008 denotam um ritmo de execução maior do que nos outros anos – necessidade gerada pela ampliação da área coberta pela prefeitura, embora esta função continue longe de ser uma prioridade. Na esfera estadual, parece que os dois fatores tiveram um efeito de substituição e não de ampliação do serviço, isto é, a prioridade estadual para saneamento é condicionada por acordos com outros entes federativos.

<http://www.imprensa.rj.gov.br/>

		2007		
PROGRAMA		Inicial	Liquidado*	%
2	Gestão Administrativa	1.631.270.758	1.006.983.656	58%
13	Despoluição da Baía de Guanabara	63.831.803	3.761.851	0%
34	Implantação de Sistema Esgotamento Sanitário	34.796.485	0	0%
114	Ampliação do Abastecimento de Água	39.575.266	0	0%
140	Previdência Estadual dos Servidores Estatutários	8.914.300	11.285.633	111%
165	Saneamento para Comunidades de Baixa Renda	3.684.931	0	0%
181	Ampliação Sistemas de Saneamento do Interior	34.604.754	0	0%
182	Sistemas Integrados de Abastecimento de Água	28.582.302	0	0%
183	Operacionalização dos Sistemas de Saneamento	319.105.924	127.949.210	37%
235	Gestão Empresa/Qualidade dos Ser. CEDAE	14.577.536	145.800	1%
TOTAL SANEAMENTO		2.178.944.059	1.150.126.152	53%

*Valores até 04 de Outubro. Fonte: SIG, SIAFEM

Acompanhamento dos gastos com Saneamento Urbano no Município do Rio de Janeiro



Corecon-RJ lançará prêmio para economistas

■ Diferente do que foi publicado na última edição do *JE*, o IV Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico será destinado exclusivamente a jornalistas. O Conselho Regional dos Economistas deverá lançar uma nova premiação, esta destinada exclusivamente a economistas. Em breve, os editais de cada premiação serão divulgados pelo *JE*, bem como no Portal dos Economistas – www.economistas.org.br.

ERRATA

Prêmio de Jornalismo Econômico 2007

1. Na edição passada do JORNAL DOS ECONOMISTAS foi divulgado incorretamente que o certame estaria aberto também a economistas. Solicitamos ignorar o anúncio. O Co.R.Econ está trabalhando para lançar prêmio especial destinado aos economistas, no decorrer do próximo exercício.



PSICOLOGIA/PSICANÁLISE

Vanessa Amariha Portão

CRP 05/32477

- **Psicoterapia**
- **Psicodiagnóstico**
- **Orientação Vocacional**
- **Palestras**

Obs. Convênio para economistas

Contatos: 2462-3684/2465-2793

E-mail: vanessaportao@yahoo.com.br

Edital de convocação de eleições

Nos termos do artigo 6º da Lei n.º 6.537 de 19/06/1978, da Resolução do Co.F.Econ n.º 1.751 de 29 de julho de 2005, atualizada pelas Resoluções nos 1.769 de 01 de agosto de 2006, e 1.786 de 01 de setembro de 2007, e da Resolução n.º 017 de 30 de maio de 2007, do Co.R.Econ-RJ, faço saber que no dia 31 (trinta e um) de outubro de 2007, com início às 09:00h e término às 18:00h, serão realizadas eleições para renovação do 1º Terço do Co.R.Econ-RJ, Conselheiro Federal Efetivo, Suplentes e dos Delegados-Eleitores Efetivo e Suplente ao Colégio Eleitoral do COFECON; da seguinte forma: para o CORECON-RJ; 03 (três) Conselheiros Efetivos e 03 (três) Conselheiros Suplentes com mandatos de 03 (três) anos (2008/2010), Presidente e Vice-Presidente para a gestão de 2008, em regime de consulta a ser ratificada pelo Plenário do Co.R.Econ-RJ. Para o COFECON, 01 Conselheiro Federal Efetivo, com mandato de 03 (três) anos (2008 a 2010), 01 (um) Conselheiro Federal Suplente com mandato de 03 anos (2008 a 2010), 01(um) Conselheiro Federal Suplente com mandato de 02 anos (2008 a 2009), 01 (um) Delegado-Eleitor Efetivo e 01 (um) Delegado-Eleitor Suplente ao Colégio Eleitoral do COFECON. O prazo para registro das chapas será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação do presente edital, encerrando-se às 17:00 horas do dia 10 de outubro de 2007. O registro das chapas será na sede deste Conselho, localizado na Av. Rio Branco, 109 - 19º andar, Centro/RJ, na Secretaria Executiva no horário de 10:00 (dez) às 17:00 (dezesete) horas. Cumprindo as determinações constantes nas Resoluções vigentes editadas pelo COFECON e CORECON-RJ, poderão votar os economistas registrados na jurisdição deste Conselho, portadores de inscrições definitivas ou provisórias, quites com as anuidades ou com o parcelamento dos débitos referentes às mesmas até a data da realização do pleito, não sendo permitido o voto por meio de procuração. No ato da votação, deverá o economista exibir, junto à Mesa Eleitoral, documento de identificação e assinar a folha de votação que obedecerá a ordem numérica dos registros neste CORECON. Será permitido o voto por correspondência, conforme Resolução n.º 021/07 do Conselho Regional de Economia, devendo o economista enviar seu voto, através de envelope padronizado encaminhado previamente pelo CORECON. Somente serão aceitos os votos postados na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos através dos envelopes padronizados, encaminhados à Caixa Postal do CORECON e recebidos antes do encerramento dos trabalhos de votação. LOCAL DA VOTAÇÃO: Conselho Regional de Economia 1ª Região / RJ - 16º andar, onde haverá uma mesa contendo a listagem geral, podendo votar os economistas que não tenham votado por correspondência. Fica designada a Comissão Eleitoral, assim constituída: Efetivos: Economistas: João Manoel Gonçalves Barbosa, Antônio Augusto de Albuquerque Costa e Gilberto Caputo Santos. Suplente: Economista, César Homero Fernandes Lopes para executar e responder pelo processo eleitoral.

João Paulo De Almeida Magalhães
Presidente

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2007